



São Paulo, 30 de abril, 1993

Prezados colegas,

na condição de representante das ONG's no Comitê de Educação Escolar Indígena, recém empossado pelo MEC no 17/03/93, quero levar a vocês algumas notícias dos trabalhos que começam a engatinhar e das perspectivas do trabalho junto ao MEC.

A primeira reunião do Comitê foi em Brasília, entre os dias 15 e 18 de abril. Antes de mais nada, quem é o Comitê:

- Sélia Ferreira Juvêncio, Kaingang, representante dos índios da região sul; tem como suplente Andila Inácio Belfort, também Kaingang;
- Daniel Matenho Cabixi, representante dos índios da região Centro-Oeste; suplente: Domingos Veríssimo Marcos, Terena;
- Euclides Macuxi, representante dos índios da região norte, tendo como suplente o Nino Fernandes, Ticuna.
- os índios do Nordeste e Sudeste não apresentaram representantes. Aguarda-se indicações;
- Marineuza Gazetta, educadora e etnomatemática, presidente e representante do MEC no Comitê, (sem suplente);
- Ruth Monserrat, representando as Universidades, com Bruna Franchetto de suplente;
- Aracy Lopes da Silva, representante da ABA, com Luís Donisete Grupioni de suplente;
- Raquel Teixeira, representante da ABRALIN, com Adair Palacio de suplente;
- Prof. Jaime de Matos, representando a FUNAI; Nelmo Roque Scher de suplente;
- Prof. Rui Rodrigues da Silva, representando as Secretarias Estaduais de Educação (sem suplente); o prof. Rui é Secretário de Educação do Tocantins.
- e eu, sendo Jussara Gruber a suplente, para representar as não-governamentais.

O regimento que definimos não foi ainda submetido ao MEC. Em linhas gerais, apresento o que formulamos:

- Das atribuições: subsidiar e proporcionar apoio técnico científico às ações de educação escolar indígena. Para isso, contará com um corpo de consultores *ad hoc* para darem pareceres ou prestar consultorias para projetos, pesquisas e publicações;
- Do mandato: 4 anos. Pode haver substituição dos componentes, por indicação das instituições que representam. A Presidência será indicada pelo MEC e a vice presid. pelos membros do Comitê.

A Assessoria de Educação Escolar Indígena do MEC foi criada em 8 de julho de 1992 (portaria nº 60, a mesma que institui o Comitê). Ela está sob responsabilidade da Prof. Ivete Maria B. Madeira Campos e Prof. Rosely Maria de Souza

Lacerda e está subordinada à Secretaria de Ensino Fundamental. Fica numa sala do 6º andar (o endereço para correspondência eu escrevo no fim desta circular). Ivete e Rosely também participarão das reuniões do Comitê. São elas, enquanto membros da Assessoria, que intermediarão demandas específicas a serem submetidas ao Comitê como: avaliar projetos, analisar material didático específico, assessorar na formulação de currículos etc, além de convocarem a presença do Comitê ou de um de seus membros para acompanhar uma situação específica *in loco* etc.

Por ocasião da nomeação do Comitê, com solenidade e presença de Ministro para assinar a Portaria de nomeação (nº 490 de 18/03/93), os membros se reuniram preocupados com a possibilidade da criação do Comitê se constituir apenas num ato formal do MEC. Solicitamos ao MEC que viabilizasse uma reunião para que o Comitê definisse seu regimento e delimitasse seu campo de ação. Estávamos todos preocupados em fazer a coisa funcionar e não sermos apenas um cartão de visitas do MEC para mostrar que ele se ocupa do assunto "educação escolar indígena". Afinal, já faz dois anos e um pouco mais que os decretos do Collor foram assinados e o MEC pouco se impôs no seu papel de ditar diretrizes e cobrar serviço de quem é responsável pelo funcionamento das escolas indígenas. Essa, aliás, é a grande questão e o início de muitos potenciais contratempus. Tentarei ilustrar a atual conjuntura:

O MEC não tem nenhum poder executivo. Ele repassa aos estados e municípios as verbas necessárias para suas políticas locais de educação. Essas verbas são aprovadas no Congresso, e a parcela para educação engloba educação para índio. As escolas indígenas estão inseridas dentro da rubrica "ensino básico" e estão à mercê dos Planos de Trabalho Anuais (PTA) dos estados. Se as Secretarias se lembram de incluir nos seus projetos itens relativos às escolas indígena, tudo bem. Senão, tudo mal.

A FUNAI não receberá verba nenhuma mesmo. Tanto quanto nós ou qualquer outra instituição interessada em implantar trabalhos de educação formal dentro das aldeias, ou acompanhar trabalhos que já estejam sendo feitos, a FUNAI precisa encaminhar projetos de financiamento que, esses sim, serão estudados pelo MEC, a partir de uma sistemática de liberação de verbas, padronizada, temporalmente delimitada. São verbas para educação administradas pelo Fundo Nacional de Educação (FNDE) e também resultantes de parcelas destinadas à educação pelo INSS. As DELEGACIAS (DEMEC) é que recebem, a cada ano, os formulários para serem preenchidos por quem estiver interessado. Isso, na verdade, significa que a descentralização das políticas públicas é fato consumado (só falta ouvir-se o "e não se fala mais nisso!"... ) e é a partir desse dado que se precisa trabalhar. (vejam item 3 mais abaixo)

Voltando ao Comitê. Nós todos tínhamos claro a importância de não sermos figuras ornamentais. O que fazer? Definir o regimento, redigir um documento com as diretrizes que norteiam nosso trabalho e ter claro se poderíamos ter um papel consultivo, normativo e deliberativo. Por isso a reunião de 4 dias em Brasília.

No primeiro dia (15/04) fomos apresentados às várias instâncias de dentro do MEC para conhecermos melhor os espaços possíveis de cooperação e atuação do próprio Ministério, a partir do seu organograma, para agilizar o trabalho da Assessoria de Educação Indígena (a partir de agora me referirei à ela como Assessoria).

1) FAE (veio conversar conosco o prof. Walter Garcia, diretor da Diretoria de Apoio ao Educando):

- desativou o programa de edições próprias (que potencialmente nos interessaria para a produção dos livros didáticos); continua com o programa do livro didático (adquirir e distribuir para as escolas os livros publicados pelas editoras) e mantém o programa "salas de leitura", de formação de bibliotecas.

- quer reativar uma fábrica de cadernos que existe no Rio, com capacidade de produzir 150 mil cadernos por dia. Isso facilitará a aquisição de cadernos para quem solicitar: não se dependerá de compra via licitação... Quando isso estará sendo colocado em prática? Não sabem...

- querem ativar um programa de edição de obras de referência, como por exemplo dicionários. Existem recursos para isso.

Mas o que nos interessa mais imediatamente é a produção de Cartilhas, livros de leitura, gramáticas, dicionários etc, poderão ser encaminhados à FAE.

- SE FOR COM TIRAGEM PEQUENA (de 500 a 1000 exemplares), o próprio MEC se encarrega de fazer a reprodução, seja via xerox, via off-set, enfim pelos meios mais disponíveis e adequados à proposta de material. Para isso, encaminha-se o pedido para a SENEb (Secret. de Ensino Básico, cuja responsável é a prof. Maria Aglaê), que encaminha para a Assessoria (Ivete e Rosely) que encaminham para o Comitê avaliar e, finalmente encaminham para a FAE.

- SE FOR COM GRANDE TIRAGEM a FAE sugere que os interessados (quem produziu o material) encaminhem o material para uma gráfica ou editora, faça o trabalho e apresente a conta à FAE. Eles garantem que isso também dá certo... Eu sugiro que se apresentem diferentes orçamentos (estilo licitação). Os procedimentos para requisitar esta opção são os mesmos: SENEb-ASSESSORIA-COMITÊ-FAE. O MEC também dispõe de recursos de computação gráfica caso o material seja feito via computador.

- a FAE se coloca disponível para veicular e distribuir vídeos que tenham sido preparados com finalidades pedagógicas e que sejam úteis às escolas indígenas.

2) INEP (representado pela prof. Margarida de Oliveira)

Nossa maior expectativa junto ao INEP era formar/organizar um banco de dados sobre educação escolar indígena. É preciso que haja um local que centralize as informações sobre o assunto, tanto para divulgar quanto para servir de apoio a quem tenha propostas de trabalho no "ramo". Essa é uma "velha idéia", que continua muito válida, e que surgiu antes de se pensar que o MEC assumiria a tarefa que assumiu e a FUNAI se desincumbisse do papel de tutora integral. Ou seja, uma antiga demanda, cujos mentores foram Nietta (CPI-AC), Jussara (Magüta), Ruth (UFRJ), Luis Donisete (MARI), Marta Azevedo (CIMI) e *tantos sempre os mesmos outros...* enfim... vai fazer três anos que circula o projeto pelos corredores de Brasília para conseguir financiamento. Contava-se com o PNUD, com o FNDE, com Unesco. Continua-se contando com...

O INEP, para encurtar o caso, se mostrou totalmente disponível para a questão. Eles já têm um banco de dados com a Bibliografia Brasileira de Educação, que contém pouquíssimos títulos ligados ao tema educação indígena, mas estão conectados via rede/modem para fornecer ou alimentarem-se de novos dados. Anotem o número: (061) 347-1995. De qualquer forma, eu, particularmente, não creio que isso seja o suficiente. É um banco de dados conceitualmente formulado para diversas direções e interesses mais genéricos. Eu acredito que se deveria pensar junto com o CEDI (que já tem material ligado ao tema e é uma referência para uma rede de pessoas), o MARI (que poderia canalizar/escoar a produção acadêmica) e o próprio INEP, uma forma de se criar um banco de dados ágil para os interesses específicos das escolas indígenas. Tomamos conhecimento, nessa ocasião em Brasília, que a UnB está com um projeto de formar um banco de referência sobre Educação Escolar Indígena. Mais uma instituição pensando a mesma coisa... tem que dar certo agora. Sobretudo quando sabemos como as Secretarias Estaduais e Municipais carecem de informação sobre o assunto e, muitas vezes, se recusam a admitir que cuidar de escola indígena não se trata de capricho intelectual de alguns elementos de Universidades e ONG's.

O INEP mostrou interesse em ter outro "Em Aberto" relacionado com o tema educação escolar indígena. Deixou à critério do Comitê traçar o perfil desse número do periódico. Além disso, toda e qualquer pesquisa na área de educ. esc. indígena ou afim seria encaminhado ao Comitê, convocado com consultor *ad hoc* para opinar sobre uma pesquisa ou publicação.

3) A Assessoria de Planejamento do MEC, que administra a distribuição das verbas, enviou uma pessoa para nos esclarecer como fazer para enviar pedidos de financiamento. Foi ela (Maria Cleuza, da sala 515) que nos forneceu aquelas explicações a que já me referi acima: verbas destinadas às

Secretarias a partir das demandas anunciadas nos PTA's, formulários para pedidos de financiamento nas DEMEC's, etc. O que é importante saber: pessoas físicas não podem encaminhar projetos. Só podem solicitar universidades cadastradas no MEC, órgãos públicos e não governamentais que tenha registro na Coordenadoria Nacional de Serviço Social. Esse registro, ao que consta por experiência do CTI, não é muito simples para ser adquirido. No hall do elevador do 5º andar há um terminal de computador que fornece as informações sobre o andamento do processo de quem enviou pedido de financiamentos. Quaisquer informações sobre o formulário para pedido de financiamento (que no MEC chama-se "Sistemática"), contactar as DEMEC's de cada estado.

4) A Unesco também está presente no MEC. Seu objetivo é apoiar uma campanha de divulgação nacional sobre realidade indígena, no contexto do Ano Internacional do Índio, a 3 níveis: a) sensibilizar os estados renitentes sobre educação indígena; b) viabilizar o contato com outros países que formam professores índios, implicando nisso dois desdobramentos: formação de professores índios e formação dos formadores (os que são responsáveis pelos programas de formação dos quadros ind'genas); c) dar conteúdo cultural para o tema "educação indígena". A Unesco não é uma agência financiadora mas sim de cooperação técnica, intelectual. Ou seja, ela acata propostas de pesquisa, trabalho, indica os canais de viabilização dos projetos.

Os pontos principais, creio que foram abordados. O que também nos foi apresentado para se tentar tomar uma posição são as graves atitudes que vêm sendo tomadas por alguns município que ameaçam descontratar e/ou dificultar o trabalhos dos professores índios. É o caso de Tabatinga, no Amazonas; no Amapá, os professores do Oiapoque, com longa trajetória nas escolas de suas aldeias têm sido obrigados a enfrentar um "corpo a corpo" desonesto com professores brancos contratados pela Secretaria Municipal. No Sul, índios Kaingang têm encontrado dificuldade de dialogar e até mesmo serem aceitos dentro do Núcleo de Educação Indígena da Secretaria; no Maranhão, índios demitidos e escolas esvaziadas por falta de professores...

O Comitê está encaminhando uma carta para os governadores e secretários de educação, conclamando-os nessa tarefa de assumir uma política educacional específica para os grupos indígenas abrangidos nos limites de seus estados e municípios. O CEDI preparou uma listagem, para ser agregada nessa carta, das áreas indígenas existentes em cada município do país.

Quanto aos NEI's sugiro que nos empenhemos a tentar trabalhar com eles: assessorias, auxílio nos trabalhos de supervisão dos trabalhos de área, definição do currículos,

enfim, tudo que se fizer necessário para que não incorram no erro de estender às comunidades indígenas o mesmo padrão educacional já tão problemático para as escolas não indígenas. Eu, particularmente, acredito que não são necessariamente os NEI's que garantem o bom desempenho da política estadual de educação escolar indígena. O Acre representaria um bom exemplo: sempre houve muita colaboração e respeito interinstitucional, resguardadas as diferenças de propostas de trabalho, entre CIMI, Comissão Pró-Índio, Secretarias Municipais, FUNAI, UNI e governo estadual. Por outro lado, não são em todos os estados que ocorre a mesma coisa, ao contrário; afora a FUNAI, o NEI representa a única instituição formal e oficial para defender a porção a que os índios têm direito na questão escolar.

Espero poder tê-los ajudado a compreender o que se passa a nível federal... Entrem em contato comigo ou diretamente com o Comitê. Posso ser localizada por meio do CEDI, do CTI e da minha própria casa. Aqui vão os endereços:

MARINA KAHN  
R. Oscar Freire, 1753 ap. 112-A  
05409-011 São Paulo SP  
tel. (011) 883.6925

CEDI - Programa Povos Indígenas no Brasil  
Av. Higienópolis, 983  
01238 São Paulo - SP

Centro de Trabalho Indigenista - CTI  
R. Fidalga, 548 sala 13  
05432-000 São Paulo - SP

Assessoria de Educação Indígena - MEC  
a/c SENEb/DEFM  
Esplanada dos Ministérios Bloco L sala 608  
70047-900 Brasília DF  
tel. (061) 224-9598 fax: (061) 226-8856

Representação da UNESCO no Brasil:  
Briane Elisabeth Panitz Bicca  
SAS Quadra 5 Lote 06 Bl. H  
Ed. CNPq/Ibict - 9º andar  
70070-000 Brasília DF  
tel. (061) 223-8684 fax (061) 322-4261

Aguardo sugestões, conselhos, etc e tal. Saudações!

*Marina*